

--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 13 DE JANEIRO DE 2009.-----

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

--- A reunião teve início às quinze horas e dez minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos e os Srs. Vereadores Luís Manuel Abreu de Sousa, José Manuel Isidoro Pratas e Marco António Martins Leal Pereira, pelo Grupo do PSD, os Srs. Vereadores António José Mateus de Matos e António José Costa da Cruz, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador Manuel Rocha dos Santos.-----

--- Secretariou a reunião o Coordenador Técnico da Secção de Expediente Geral, Vítor Carlos Fernandes da Cunha e Silva.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES-----

--- O Sr. Presidente informou que a Sra. Vereadora Ana Ferreira será substituída na presente reunião pelo Sr. Vereador António José Costa da Cruz e o Sr. Vereador António Nobre será substituído pelo Sr. Vereador Manuel Rocha dos Santos.-----

--- Solicitou a inclusão da Proposta nº 3 / P / 2009 na Ordem de Trabalhos.-----

--- A inclusão da proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Referiu ainda que no âmbito das “Viagens do Zambujinho” estão presentes na sessão de Câmara, alunos da escola básica de Manique do Intendente e por isso irá fazer uma breve intervenção sobre o funcionamento da Câmara, da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia.-----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO-----

--- Interveio a Bárbara dando a conhecer que os alunos presentes frequentam o 3º e o 4º ano na Escola Básica Integrada de Manique do Intendente e pretendem dar a conhecer à Câmara alguns dos problemas com que se deparam diariamente na escola.-----

--- Interveio o João Pedro apontando os problemas e dando sugestões para que o funcionamento da escola seja melhor: colocação de um telheiro que servirá de protecção ao sol e à chuva; arranjo do estore da sala de apoio; transferir os escorregas e balouços da antiga escola básica; novos computadores, pois 2 dos 3 computadores existentes não funcionam; inclusão de aulas de natação nas actividades de enriquecimento curricular, sendo necessário que a Câmara providencie o transporte; disponibilização de um só autocarro para os alunos de Quebradas, Tagarro, Alcoentre e Casais das Boiças para que os horários sejam iguais e todos possam usufruir das actividades de enriquecimento curricular; para quando a entrega do Magalhães a todos os alunos do 1º ciclo.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que a colocação do telheiro é uma situação que já estava prevista. A Câmara irá enviar um funcionário para arranjar o estore da sala de apoio. Está a decorrer uma consulta pública para intervenção nos parques infantis do concelho, em que também está prevista a transferência dos brinquedos para a escola nova. Os serviços de informática têm 2 computadores disponíveis para substituírem os computadores avariados. Quanto às aulas de natação informou que a Câmara tem um sistema de transporte para as piscinas municipais de modo a proporcionar a todas as crianças do concelho, a frequência de aulas de natação. Torna-se muito complicado ceder um autocarro maior para os alunos que moram fora de Manique do Intendente, uma vez que os transportes escolares abrangem todas as crianças do concelho, por isso a Câmara tem que articular esforços para servir toda a população escolar. Sobre o Magalhães, tem informação que existem muitas escolas que ainda não foram abrangidas pela distribuição do Magalhães, mas só o Ministério da Educação poderá responder

à questão levantada, mas fica a anotação e o Sr. Vereador Marco Leal irá tentar saber, junto do Ministério, o que se passa com a distribuição dos computadores. -----

--- Interveio o Sr. José Caetano constatando que desde Setembro de 2008, altura em que levantou questões importantes, nada foi resolvido, continua tudo na mesma, nomeadamente no que diz respeito à intercepção da Câmara junto da EDP para derrube ou restauro do mamarracho existente junto da escola secundária; à colocação de sinalização vertical junto das passadeiras na rua principal de Azambuja; ao encerramento ao trânsito de pesados da estrada do campo da Feira, a Câmara devia pressionar a EPAL a resolver a situação, pois esta situação arrasta-se há vários meses; à pressão junto da REFER para que a circulação de comboios se faça com maior frequência, de modo a servir os interesses do concelho. Todas estas situações foram apontadas em Setembro e nada foi feito, por isso pede um pouco mais de empenho da Câmara na resolução de problemas levantados pelos munícipes. -----

--- Interveio a Sra. Lucinda Reizinho referindo sentir-se lesada nos seus direitos de cidadã e por isso pretende protestar sobre as taxas de água e saneamento praticadas no Município de Azambuja. Apresentou os valores constantes na sua factura de água em que lhe foi cobrado 9,20€ de água e um total facturado de 21,41€, ou seja, só em taxas pagou mais do que de consumo de água. Acrescentou que a Lei nº 12/ 2008, de 26 de Fevereiro, refere no art. 8º “2 – É proibida a cobrança aos utentes de: a) qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspecção periódica de contadores ou outros instrumentos de medição dos serviços utilizados; b) qualquer outra taxa de efeito equivalente à utilização das medidas referidas na alínea anterior, independentemente da designação utilizada.” Relembrou que assinou contrato de abastecimento de água com a Câmara há cerca de vinte anos, onde estão expressas as condições acordadas e onde não vem referido qualquer taxa extra a cobrar pelo serviço. Referiu que o art. 4º, da Lei já referida diz: “1 – O prestador do serviço deve informar, de forma clara e conveniente, a outra parte das condições em que o serviço é fornecido e prestar-lhe todos os esclarecimentos que se justifiquem de acordo com as circunstâncias; 2 – O prestador de serviço informa directamente, de forma atempada e eficaz, os utentes sobre as tarifas aplicáveis pelos serviços prestados, disponibilizando-lhes informação clara e completa sobre essas tarifas.”, acrescentou não ter recebido qualquer informação da Câmara relativa as tarifas praticadas. Tem conhecimento que no dia da publicação da Lei nº 12/ 2008, o Sr. Secretário de Estado da Defesa, veio a público dizer que a taxa de disponibilidade de serviço ou quota de serviço era ilegal. -----

--- Apresentou ainda o caso de sua mãe, com 70 anos e moradora nas Virtudes. Dirigiu-se aos serviços de água para questionar se as pessoas de idade com poucos rendimentos pagariam os mesmos valores em taxas, responderam-lhe que sim, mas na reunião que teve com o Sr. Vice-presidente recebeu uma informação totalmente oposta e por isso, deslocou-se novamente aos serviços de água e solicitou cópia da legislação aplicável nesse tipo de situação. Depois de consultar o Regulamento do Abastecimento de Água do Município de Azambuja, verificou no art. 92º “3 – A redução tarifária de aluguer de contadores e de fornecimento de água é concedida aos pensionistas e reformados, residentes habitualmente no local de consumo, que solicitem e cujos proventos *per capita* não excedam o valor fixado para o ordenado mínimo nacional em vigor e não tenham quaisquer outros rendimentos.”, processo para o qual é necessária uma certidão de bens das finanças e não a declaração de rendimentos habitualmente solicitada. -----

--- Concluiu perguntando qual a justiça de se economizar água, quando se paga mais do dobro em taxas. -----

--- Interveio o Sr. José Rodrigues de Almeida solicitando cópia do projecto da Urbanização dos Chães em Aveiras de Cima, uma vez que, continua a aguardar resposta a ofício enviado para o

Departamento de Urbanismo. Considera que qualquer equipamento construído na urbanização deveria ter o aval dos moradores, pois considera-se co-proprietário do terreno em causa, uma vez que quando comprou o apartamento pagou o preço do apartamento e o preço das cedências à Câmara, todos os moradores contribuíram na construção de passeios, estacionamento, espaços verdes e para o pseudo parque infantil. Outro problema do parque infantil da Urbanização dos Chãos tem que ver com o espaço, que é sombrio e ventoso fazendo com que as crianças não brinquem lá muito tempo. Para comprovar pretende entregar umas fotografias do parque tiradas no dia 18 de Dezembro, pelas 15 horas.-----

--- Considera que a freguesia de Aveiras de Cima, segunda maior do concelho merecia ter um espaço equiparado ao jardim urbano de Azambuja, onde toda a população pudesse confraternizar, passear e brincar. -----

--- Referiu que o melhor local para a construção de um parque infantil, que poderia albergar um campo de futebol, umas tabelas de basquetebol, um ringue de patinagem, rampas para skates e patins e uns banquinhos para os avós de sentarem enquanto vêem os netos a brincar, seria no terreno na Câmara, depois do bloco nº 7 da urbanização. Questionou o que a Câmara pretende fazer com o referido terreno. -----

--- Interveio a Sra. Deolinda Oliveira questionando o ponto de situação dos pedidos que efectuou, no passado dia 9 de Setembro, sobre as necessidades sentidas pela população de Casais das Comeiras. Acrescentou ainda que compartilha da intervenção referente à ilegalidade de cobrança da quota de serviço, pelo que a população de Casais das Comeiras já apresentou um abaixo-assinado à Câmara.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que, relativamente ao posto de transformação junto da escola secundária, fez todas as diligências junto da EDP e apenas recebeu a informação de que o mesmo está activo e fornece energia a uma parte significativa da Vila de Azambuja. Sobre a sinalização das passadeiras, a Câmara lançou uma empreitada de colocação de lombas e sinais em Azambuja.-----

--- A estrada do Campo da Feira, cada vez que é reaberta, passados 2/ 3 dias os pórticos são deitados abaixo, iniciou procedimentos junto da EPAL para se enterrar o cano. Com o início do ano irá pressionar a EPAL para iniciar os procedimentos necessários.-----

--- Referiu não ter conhecimento de mais pessoas protestarem contra os horários dos comboios para Lisboa. Acrescentou que, de vez em quando, faz a viagem e que a sua esposa faz a viagem diariamente, e nunca se aperceberam da existência de descontentamento relativo aos horários.-----

--- Sobre as facturas de água, referiu que, já o Sr. Vice-presidente, tinha informado que iria esclarecer a situação das duas facturas. Informou que juntamente com as facturas de água, os municípios pagam a prestação de serviço de recolha e tratamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, impostas por directivas comunitárias e transportadas para a legislação nacional. A Câmara não pode andar de porta em porta a informar sobre as alterações no sistema municipal. A Lei prevê mecanismos próprios, através da discussão pública (período de um mês para recolha de reclamações e sugestões) dos regulamentos, antes de serem definitivamente aprovados em sessão de Câmara e da Assembleia Municipal. A quota de serviço também surgiu de directivas comunitárias e sempre esteve expressa no Regulamento Municipal, apenas não foi aplicada porque a Câmara entendeu que não deveria cobrar taxas por aluguer de contador e quota de serviço ao mesmo tempo, passando assim a cobrar a taxa quando terminou a taxa de aluguer de contador. Esta decisão só foi tomada depois da Câmara ter em sua posse um parecer do IRAR a dizer que a cobrança de quota de serviço ou quota de disponibilidade de serviço é legal. O Regulamento prevê a redução de tarifas a pensionistas e

reformados com debilidade financeira, que poderá ser comprovada através da declaração de rendimentos. -----

--- Afirmou considerar o parque infantil da Urbanização dos Chães, como um brinquedo de bairro, tal qual como existem outros em Aveiras de Cima. Espera resolver o imbróglio do miolo da vila para poder construir um espaço verde, esse sim da vila de Aveiras de Cima, motivo pelo qual não pode hipotecar o terreno junto ao bloco nº 7, que poderá ser usado para a construção de uma qualquer infra-estrutura necessária à vila, mas que de momento existem problemas com o loteador e por isso pretende fazer a cassação da garantia bancária. -----

--- Em relação à intervenção da D. Deolinda respondeu que os processos são morosos. Informou ainda que o tempo médio entre o lançamento do concurso e o início das obras é de 8 meses, mas disponibiliza-se a fazer reuniões semanais, de modo a fazer o ponto de situação de cada uma das solicitações para os Casais das Comeiras. -----

--- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES** -----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos referindo que ainda não foi encontrada solução para o problema dos pórticos uma vez que estão constantemente a serem derrubados. Relembrou que o Grupo do PSD apresentou uma proposta no sentido de se rebaixar a estrada para que todos os veículos passassem. -----

--- Solicitou à Câmara a seguinte documentação: a directiva comunitária que obriga a cobrança da quota de serviço e os custos mensais com a remoção dos resíduos sólidos. -----

--- Questionou a fórmula utilizada pela Câmara para chegar aos valores a cobrar na recolha do lixo e saneamento, uma vez que o Regulamento no art. 91º refere: “5 – Tanto na fixação das tarifas médias como na definição e selecção da estrutura tarifária deverá atender-se aos princípios do equilíbrio económico e financeiro do serviço, com um nível de atendimento adequado.” -----

--- Considera que existe consciência de que a Câmara publicita os editais através das juntas de freguesia e agora também no site, mas não custaria nada, que por exemplo junto à factura de água, a Câmara enviasse informações acerca de alguns benefícios que as pessoas reformadas e pensionistas possam usufruir. -----

--- Interveio o Sr. Vereador Manuel Rocha alertando para a necessidade de limpeza do rio Ota, uma vez que existe uma grande acumulação de entulho dentro do rio, o que poderá provocar situações de calamidade. -----

--- Chamou a atenção para algumas viaturas abandonadas na rua da Várzea, pois o proprietário já nem sequer habita no local. -----

--- Relembrou que existe uma ribanceira em Vila Nova da Rainha que está numa situação perigosa, já esteve no local com o Sr. Vereador José Manuel Pratas a verificar o problema mas ainda nada foi feito. -----

--- Interveio o Sr. Vereador José Manuel Pratas dando conhecimento que o Governo Civil de Lisboa decidiu, devido à descentralização de competências nas Corporações de Bombeiros, atribuir uma viatura aos Bombeiros Voluntários de Alcoentre. -----

--- Também deu conhecimento de que durante o ano de 2008, houve uma diminuição de sinistros nas estradas portuguesas, havendo também menos mortes e menos feridos. -----

--- O Sr. Presidente respondeu que a Lei determina que a partir de 2009, os Municípios apresentem contas da exploração do sistema de água e de esgoto, para que o preço cobrado reflecta o valor gasto, o que irá permitir que quando a Câmara fizer a concessão das águas o valor cobrado diminua, mas não tem nenhum estudo económico financeiro. Sobre os resíduos sólidos informou que a Câmara paga 8€ por cada tonelada de resíduos sólidos removidos e 42€ por cada tonelada de resíduos sólidos depositados em aterro. -----

- Informou que não tem conhecimento de nenhuma previsão de limpeza do rio Ota e acrescentou é atribuição do Instituto da Água, mas irá enviar um técnico para ver se existe perigo para a segurança pública.-----
- O Sr. Vereador José Manuel Pratas respondeu que o trabalho de remoção de viaturas é feito em conjunto com as Juntas de Freguesia pelo que irá contactar a Junta de Vila Nova da Rainha para se fazer um apanhado de viaturas abandonadas de modo a serem removidas.-----
- O Sr. Vereador António José Matos referindo ter concluído das palavras do Sr. Presidente que o Município de Azambuja, ao contrário de outros, poderá baixar o preço da água mas considera que só será possível porque o Município esteve durante os últimos anos a castigar os munícipes, pois nesse período o preço da água subiu bastante.-----
- O Sr. Presidente respondeu que só será possível haver custos efectivos das operações desenvolvidas quando estiver totalmente instalada a contabilidade analítica, que ainda não existe em praticamente nenhuma Câmara mas que a Lei obriga à sua implementação até 2010. -
- Interveio o Sr. Vereador António José Cruz questionando se existe data prevista para a implementação do novo PDM e quais são as denominadas quintas históricas do Alto Concelho (referidas nos documentos aprovados a 16 de Dezembro).-----
- O Sr. Presidente respondeu que já foi reformulada a comissão de acompanhamento, é constituída por aproximadamente 20 entidades públicas e ainda não foi publicado o PROT do Oeste e Vale do Tejo, tudo isto condiciona a revisão do PDM, mas tem a expectativa que o PDM seja aprovado, se tudo correr bem, durante o 1º semestre de 2010.-----
- As quintas históricas são consideradas mais valias por possuírem alguma tradição em termos de implantação na comunidade global. São o caso da Quinta da Cerca, Quinta da Texuga, Quinta do Mal Curado, Quinta da Torre Bela, Quinta da Santarena, Quinta do Carvalhal, Quinta da Lapa, Quinta dos Gorjões Henriques, etc.-----
- O Sr. Presidente fez um curto intervalo.-----
- **APROVAÇÃO DE ACTAS**-----
- Não houve.-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Financiamento de Investimentos Municipais – Proposta nº 01 / P / 2009 -----

- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----
- *“Considerando:*-----
- *o determinado nos artigos 36º a 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais e do art. 51º da Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2009, respeitante ao endividamento municipal e respectivos limites;*-----
- *a capacidade de endividamento líquido e a capacidade de endividamento de empréstimos de médio e longo prazo disponíveis;*-----
- *a necessidade de assegurar financiamento para projectos municipais inseridos e/ou a inserir no Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente:*-----

AP	CO	Designação	Valor (€)
02020101	05/07010401	Arranjos exteriores no Bairro da Socasa, Alcoentre	25.000
02020101	05/07010401	Reordenamento da Rua 1º de Maio, em Quebradas, Alcoentre	25.000
02020101	05/07010401	Arranjo Paisagístico do Largo do Centro Social e Paroquial, Aveiras de Baixo	8.000
050202	05/07010412	Reordenamento Interno do Cemitério dos Casais da	22.000

		<i>Lagoa, Aveiras de Baixo</i>	
02020101	05/07010401	<i>Arranjo da Rua das Barcas em Virtudes, Aveiras de Baixo</i>	10.000
02020101	05/07010401	<i>Requalificação da Rua 25 de Dezembro em Vale do Brejo, Aveiras de Cima</i>	100.000
02020101	05/07010401	<i>Arranjo Junto ao jardim da Junta de Freguesia, Azambuja</i>	20.000
02020101	05/07010401	<i>Arranjo do Largo de S. Sebastião, Azambuja</i>	60.000
02020101	05/07010401	<i>Arranjo Paisagístico da Rua 25 de Abril em Arrifana, Manique do Intendente</i>	40.000
02020101	05/07010401	<i>Arranjo Paisagístico Junto ao Chafariz D. João II, Vale do Paraíso</i>	20.000
02020101	05/07010401	<i>Arranjo do Largo dos Namorados, Vale do Paraíso</i>	10.000
02020101	05/07010401	<i>Arranjo Paisagístico da Fontica, Vila Nova S. Pedro</i>	5.000
02020101	05/07010401	<i>Requalificação Urb. da R. Furriel Luís da Silva e Largo Vaz Monteiro, V.N. Rainha</i>	10.000
02020101	05/07010401	<i>Repavimentação de diversos Parques Infantis, Vila Nova da Rainha</i>	50.000

--- Proponho:-----

--- 1. a contratação de financiamento no valor de 405.000 € à Caixa Geral de Depósitos, de acordo com as seguintes condições: prazo de 20 anos, período de carência 2 anos, taxa de juro Euribor a 6 meses (2,922 % à data de 06 de Janeiro, acrescida do spread 1,39%), conforme informação e minuta de contrato em anexo;-----

--- 2. que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita a autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas (Lei das Autarquias Locais).”-----

--- O Sr. Presidente esclareceu que foi solicitado aos Srs. Presidentes de Junta que identificassem 2/ 3 intervenções em espaço público que considerassem urgentes e importantes na óptica de valorização paisagística das vilas e aldeias do município. Depois houve uma triagem e discussão com os Srs. Presidentes das quais resultou o conjunto de obras referido na proposta, que terão o valor estimado de 405.000€, tendo a Caixa Geral de Depósitos apresentado as melhores condições para contratação de financiamento. -----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos referindo que depois de analisar o mapa da proposta conclui que na freguesia da Maçussa está tudo feito.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que houve diversas intervenções na freguesia da Maçussa, realizadas através da celebração de protocolos. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 1 / P / 2009 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupos do PS e da CDU) e duas abstenções (grupo do PSD). -----

Ponto 2 – Constituição de Fundos de Maneio – Proposta nº 02 / P / 2009-----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- que o Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos de Maneio visando proceder a aquisições urgentes e inadiáveis; -----

--- o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Maneio, no POCAL e no Regulamento de Constituição e Regularização dos Fundos de Maneio aprovado, em 03/05/05, pelo Executivo Camarário e alterado em 04/02/06. -----

--- Proponho a constituição de Fundos de Maneio a afectar às seguintes rubricas de classificação orçamental: -----

Cód. Orç.			Câmara	Adm. e Finanças	Interv. Sócio- Cult	Urban.	Infra- estr. e Obras M
02			AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
02	01		Aquisição de bens:				
02	01	01			300		100
02	01	04		150		50	
02	01	05	300		500	100	
02	01	06			200		
02	01	07					50
02	01	08	200	500	300	300	200
02	01	12					150
02	01	14					50
02	01	15			100		150
02	01	17		100			50
02	01	18		100		50	
02	01	21	250	400	500	50	250
02	02		Aquisição de serviços:				
02	02	03					50
02	02	10		100	100	50	
02	02	13			150		
02	02	16			100	50	
02	02	17				50	
02	02	20			100	200	100
02	02	21		50			
02	02	25	50	400	150		50
			800	1800	2500	900	1200

--- A reconstituição e a reposição serão realizadas de acordo com o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio. -----

--- A indicação do responsável pela gestão dos Fundos de Maneio caberá ao dirigente do serviço.” -----

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta é habitualmente apresentada no início de cada ano e obedece ao regulamento de constituição de fundos de maneio. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 2 / P / 2009 aprovadas por unanimidade. -----

Ponto 3 – Atribuição de Apoios Financeiros: -----

3.1. Fábrica da Igreja Paroquial de Azambuja – Proposta n.º 01 / VP / 2009 -----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- que nos termos da alínea a), do nº 4, do art. 64º da Lei das Autarquias Locais é da competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, que promovam no Município fins de interesse público; -----
--- o pedido apresentado pela Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Azambuja;-----
--- que o Regulamento de Abastecimento de Água do Município de Azambuja, não contempla tarifas específicas para este tipo de entidades, referindo-se apenas à obrigatoriedade de ligação do edifício à rede geral (nº 3. do art. 34 do referido Diploma). -----

--- Propõe-se: -----
--- que a Fábrica da Igreja Paroquial de Azambuja, fique isenta do pagamento da importância de 920,30€, referente à substituição do ramal de água numa habitação de que é proprietária, denominada “Casa dos Pobres”, em Azambuja.”-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a proposta apresentada visa isentar a Fábrica da Igreja Paroquial de Azambuja do pagamento de 920€ referentes à substituição do ramal de água de duas habitações denominadas “Casa dos Pobres”. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 1 / VP / 2009 aprovada por unanimidade.-----

3.2. Frequência de Aulas de Natação – Proposta Nº 01 / V-ML / 2009-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando: -----

--- as competências atribuídas às autarquias pelo Dec. Lei nº 159/99, no âmbito dos Tempos Livres e Desporto, nomeadamente no que concerne ao planeamento, gestão e investimentos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa;-----

--- que foram aprovadas pela Câmara, através da proposta nº 24/VML/2008, as Normas de Funcionamento do Complexo de Piscinas de Azambuja, bem como o Tarifário da Natação para o ano lectivo 2008/2009;-----

--- que devido às limitações financeiras do agregado familiar, torna-se impossível para R. R. Saraiva a frequência de aulas de natação; -----

--- que a isenção de pagamento da mensalidade da natação permitiria à criança frequentar actividades extra-escolares e, conseqüentemente uma melhor integração psico-social. -----

--- Tenho a honra de propor: -----

--- que R. R. Saraiva seja integrada nas piscinas e que usufrua de isenção do pagamento da respectiva mensalidade.”-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que a presente proposta vem no sentido de isentar, uma criança sinalizada pelos serviços de Acção Social, do pagamento da mensalidade por utilização das piscinas municipais, uma vez que o seu agregado familiar tem grandes limitações financeiras. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 1 / V-ML / 2009 aprovada por unanimidade.-----

3.3. UDR de Vila Nova da Rainha – Proposta Nº 02 / V-ML / 2009-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou participar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse municipal de natureza Social, Cultural, Desportiva e Recreativa – cfr. al. b) do nº 4 do art. 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro; -----

--- o trabalho meritório que o União de Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha tem desenvolvido no âmbito do exercício da prática desportiva constituindo-se como um importante veículo de fomento do desporto junto das camadas mais jovens da freguesia e conseqüentemente do nosso Concelho.-----

--- *Proponho:*-----
 --- *a atribuição, a título extraordinário de apoio financeiro no valor de 445€ (quatrocentos e quarenta e cinco euros), destinado à aquisição de material desportivo indispensável ao início da actividade competitiva na modalidade de "TAEKWONDO".*-----

--- *que a verba seja retirada de CP12.12.01 RO 01.02/04.07.01.*-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro, à UDR de Vila Nova da Rainha, no valor de 445€, destinados à aquisição de material desportivo para a prática de taekwondo.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 2 / V-ML / 2009 aprovada por unanimidade.-----

--- **Proposta Nº 03 / P / 2009**-----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- *"Considerando:*-----

--- *que o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos Fixos de Caixa visando exclusivamente facilitar trocos a serviços responsáveis por cobrança em locais distintos da Tesouraria;*-----

--- *o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos Fixos de Caixa, no POCAL e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos Fixos de Caixa aprovado em reunião da Câmara Municipal de 22 de Janeiro de 2007.*-----

--- *Proponho a constituição dos seguintes Fundos Fixos de Caixa:*-----

<i>Unidade Orgânica</i>	<i>Serviço</i>	<i>Valor (€)</i>
<i>DAF</i>	<i>UAP</i>	<i>300</i>
<i>DISC</i>	<i>Piscinas</i>	<i>50</i>
	<i>Pavilhão Municipal</i>	<i>50</i>
	<i>Turismo</i>	<i>50</i>
	<i>Total</i>	<i>450</i>

--- *A reposição será realizada de acordo com o Regulamento respectivo.*-----

--- *A indicação dos responsáveis pela gestão dos Fundos Fixos de Caixa caberá aos dirigentes dos serviços."*-----

--- O Sr. Presidente esclareceu que a proposta introduzida na Ordem de Trabalhos diz respeito à constituição de fundos de caixa para os serviços de atendimento ao público, nomeadamente a UAP, as Piscinas, o Pavilhão e o Posto de Turismo.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 3 / P / 2009 aprovada por unanimidade.-----

--- **Ponto 4 – Informações**-----

--- **4.1. Departamento de Urbanismo – Despachos do Mês de Novembro**-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Encerramento**-----

--- Eram dezassete horas e quarenta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----